



2º Simulado

**Magistratura**

**TJ MG**

# Simulado Juiz TJ-MG

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJ-MG;
- 2 - A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 - Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 - Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 - O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 - Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Juiz-TJMG-24-10-2021>

01 - A B C D  
02 - A B C D  
03 - A B C D  
04 - A B C D  
05 - A B C D  
06 - A B C D  
07 - A B C D  
08 - A B C D  
09 - A B C D  
10 - A B C D  
11 - A B C D  
12 - A B C D  
13 - A B C D  
14 - A B C D  
15 - A B C D  
16 - A B C D  
17 - A B C D  
18 - A B C D  
19 - A B C D  
20 - A B C D

21 - A B C D  
22 - A B C D  
23 - A B C D  
24 - A B C D  
25 - A B C D  
26 - A B C D  
27 - A B C D  
28 - A B C D  
29 - A B C D  
30 - A B C D  
31 - A B C D  
32 - A B C D  
33 - A B C D  
34 - A B C D  
35 - A B C D  
36 - A B C D  
37 - A B C D  
38 - A B C D  
39 - A B C D  
40 - A B C D

41 - A B C D  
42 - A B C D  
43 - A B C D  
44 - A B C D  
45 - A B C D  
46 - A B C D  
47 - A B C D  
48 - A B C D  
49 - A B C D  
50 - A B C D  
51 - A B C D  
52 - A B C D  
53 - A B C D  
54 - A B C D  
55 - A B C D  
56 - A B C D  
57 - A B C D  
58 - A B C D  
59 - A B C D  
60 - A B C D

61 - A B C D  
62 - A B C D  
63 - A B C D  
64 - A B C D  
65 - A B C D  
66 - A B C D  
67 - A B C D  
68 - A B C D  
69 - A B C D  
70 - A B C D  
71 - A B C D  
72 - A B C D  
73 - A B C D  
74 - A B C D  
75 - A B C D  
76 - A B C D  
77 - A B C D  
78 - A B C D  
79 - A B C D  
80 - A B C D

81 - A B C D  
82 - A B C D  
83 - A B C D  
84 - A B C D  
85 - A B C D  
86 - A B C D  
87 - A B C D  
88 - A B C D  
89 - A B C D  
90 - A B C D  
91 - A B C D  
92 - A B C D  
93 - A B C D  
94 - A B C D  
95 - A B C D  
96 - A B C D  
97 - A B C D  
98 - A B C D  
99 - A B C D  
100 - A B C D

**DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

**01.** Segundo o que dispõe a Lei 9.610/1998 (Lei dos Direitos Autorais) e segundo entendimento do STJ, é correto afirmar que:

- a) A contrafação é a cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma, de qualquer forma tangível, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos ou qualquer outro meio de fixação que venha a ser desenvolvido.
- b) O artista que tiver seu álbum musical reproduzido em festa junina, caso entenda que sua obra foi utilizada pela instituição de ensino com intuito de auferir lucros, ainda que não tenha sido cobrado ingresso pelo evento, poderá requerer em juízo o pagamento de direitos autorais.
- c) Para que fique comprovada a violação do direito autoral basta a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, sendo, portanto, desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.
- d) Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados da data de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.

**02.** De acordo com as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a LINDB, é correto afirmar que:

- a) A competência para conhecer as ações relativas a imóveis situados no Brasil, pertencente a brasileiro residente há mais de dez anos no exterior, é do Tribunal Superior do país em que se encontra domiciliado o proprietário.
- b) Os fatos ocorridos em país estrangeiros terão a prova regida conforme a lei que nele vigora. No entanto, ao que diz respeito ao ônus e aos meios de produzi-las, os tribunais brasileiros não devem admitir provas que a lei brasileira desconheça.
- c) As sentenças proferidas por Tribunal estrangeiros terão validade no Brasil, ainda que ofendam os bons costumes do país. A exceção se dá, apenas, com relação as que atinjam a soberania e a ordem nacionais.
- d) A competência da autoridade judiciária brasileira se estende apenas aos réus domiciliados no país.

**03.** Em se tratando das modalidades de adimplemento e extinção da obrigação, é correto afirmar, segundo o que dispõe o Código Civil de 2002 que:

- a) Aquele que se encontra obrigado por dois ou mais débitos da mesma natureza, ao mesmo credor, tem resguardado o direito a indicar a qual deles oferece pagamento, porém, desde que todos sejam líquidos e vencidos.
- b) Ao credor é expressamente vedada a aceitação do bem dado em garantia pelo devedor, como meio de quitação da dívida vencida.
- c) A novação por substituição, assim como a cessão de crédito somente é permitida com o expresso consentimento do devedor.
- d) A restituição voluntária do objeto empenhado prova a renúncia do credor à garantia real bem como a extinção da dívida por meio da remissão.

**04.** O Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003, com o intuito de garantir o acesso a recursos indispensáveis e a dignidade da pessoa idosa, traz um rol de garantias de prioridade. Com base nas disposições da referida lei, assinale a alternativa que não aborda uma dessas garantias:

- a) Preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso.
- b) Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações; priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.
- c) Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos; estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento.
- d) Faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; prática de esportes e de diversões.

**05.** Segundo o entendimento do STJ e de acordo com as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa que traz disposições corretas acerca dos contratos:

- a) Com a finalidade de preservar a liberdade dos contratantes, o Código Civil permite que no contrato de adesão, seja elaborada cláusula que estipule a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- b) Caso o contrato de sublocação possua outros pactos adjacentes, isso não retirada sua autonomia nem o desnatura, especialmente quando as outras espécies contratuais a ele se coligam com o único objetivo de concretizar e viabilizar sua finalidade econômica, de modo que as relações jurídicas dele decorrentes serão regidas pela Lei n. 8.245/1991.
- c) O contrato reputa-se celebrado no local em que foi aceito, ou seja, no local de domicílio do contratante.
- d) A responsabilidade pela evicção é inerente aos contratos, portanto, qualquer cláusula que reforce, diminua ou exclua tal responsabilidade é nula.

**06.** Em se tratando dos direitos de vizinhança, de acordo com o que dispõe o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) O dono do prédio que obstrui a passagem de outro a via pública, é obrigado a conceder passagem gratuita, cujo rumo será judicialmente fixado, se as partes não entrarem em razoável acordo.
- b) O Código Civil veda, expressamente, que sejam construídos canais, através de prédios alheios, com a finalidade de recepção de águas das quais se tenha direito, ainda que mediante indenização ao proprietário prejudicado, uma vez que tal feito viola o direito da propriedade alheia.
- c) O proprietário tem direito a cercar, murar, valar ou tapar de qualquer modo o seu prédio, urbano ou rural, porém, desde que não constranja o seu confinante a proceder com ele à demarcação entre os dois prédios.
- d) É expressamente vedada a construção capaz de poluir, ou inutilizar, para uso ordinário, a água do poço, ou nascente alheia, a ela preexistente.

**07.** No que diz respeito ao casamento, há vedação expressa pelo Código Civil de 2002, do casamento entre:

- a) O ex-cônjuge separado judicialmente, com parente em linha colateral do outro ex-cônjuge.
- b) O adotante com irmão do adotado.
- c) Os menores de 15 anos.
- d) Os parentes colaterais até quarto grau.

**08.** Os danos morais, tendo em vista seu caráter extrapatrimonial foram e ainda são objeto de debate no âmbito dos Tribunais. Levando tal fato em consideração, assinale a alternativa correta, de acordo com o entendimento do STJ.

- a) O direito a requerer indenização por danos morais, em razão de seu caráter subjetivo, não se transmite aos herdeiros da vítima.
- b) A Pessoa Jurídica de Direito Público tem direito à indenização por danos morais relacionados à violação da honra ou da imagem, quando a credibilidade institucional for fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais jurisdicionados em geral for evidente.
- c) A devolução de cheque pré-datado, em razão de ausência de fundos, apresentado antes da data ajustada entre as partes, não gera prejuízo de ordem moral, apenas material.
- d) Nos casos em que há divulgação de conteúdo pornográfico não consentido, se não estiver evidenciado o rosto da vítima, não há o que se falar em indenização por dano moral.

**09.** Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002 e da Lei 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), é correto afirmar que:

- a) Os nascimentos, casamentos e óbitos serão registrados em registro público.
- b) O registro civil de pessoas naturais funcionará todos os dias, exceto nos feriados nacionais.
- c) Os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação serão registrados em registro público.
- d) O registro civil de pessoas naturais, assim como todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte.

**10.** Maria, locatária do apartamento de José, está há seis meses sem quitar as parcelas do aluguel. José, então, resolve perdoar metade da dívida, para que ela consiga ficar em dia com as prestações. Maria então, passa a pagar regularmente o aluguel, acreditando que José perdoará a outra metade da dívida. Passados dois anos e seis meses, José resolve ingressar com ação judicial, para reaver os valores referente aos três meses não pagos pela locatária, que por sua vez, alega que não pagará, já que a dívida está prescrita. De acordo com o Código Civil de 2002:

- a) Maria tem razão e não deve pagar, pois a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos prescreve em um ano.
- b) Maria tem razão e não deve pagar, pois a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos prescreve em dois anos.
- c) Maria não tem razão e deve pagar, pois a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos prescreve em três anos.
- d) Maria não tem razão e deve pagar, pois a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos prescreve em quatro anos.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

**11.** Ao tratar dos deveres das partes e dos procuradores, o CPC expressamente estabelece que, sem prejuízo de outras sanções criminais, civis e processuais, constitui ato atentatório à dignidade da justiça, passível de aplicação ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa,

- a) a inovação ilegal no estado de fato de bem litigioso realizada pelo executado
- b) a interposição de apelação com intuito protelatório.
- c) o ajuizamento de petição inicial para reconhecimento de direito manifestamente prescrito.
- d) o oferecimento de contestação com tese jurídica contrária ao enunciado de súmula vinculante.

**12.** Com relação aos sujeitos do processo, assinale a alternativa correta.

- a) Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo permitida a compensação em caso de sucumbência parcial.
- b) O autor que, no cumprimento de sentença, deixar de residir no Brasil ao longo da tramitação do processo, prestará caução suficiente ao pagamento das custas e dos honorários de advogado da parte contrária.
- c) A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários periciais, ainda que não exista previsão orçamentária no exercício financeiro para tal adiantamento.
- d) Quando os honorários forem fixados em quantia certa, os juros moratórios incidirão a partir da data do trânsito em julgado da decisão.

**13.** assinale a alternativa correta.

- a) Em razão do interesse público envolvido, é obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações indenizatórias propostas contra o Estado.
- b) O membro da Advocacia Pública será civil e diretamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- c) A intervenção do Ministério Público é necessária em todos os procedimentos de jurisdição voluntária.
- d) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.

**14.** Assinale a alternativa correta sobre o impedimento e suspeição:

- a) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou primo.
- b) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa, antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio.
- c) Há suspeição do juiz que seja amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- d) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o quarto grau, inclusive.

**15.** A respeito do litisconsórcio, assinale a opção correta.

- a) No litisconsórcio unitário, a conduta alternativa de um litisconsorte não estende seus efeitos aos demais.
- b) No litisconsórcio eventual, a procedência de um pedido implica a improcedência do outro.
- c) Se houver litisconsórcio necessário simples, a sentença é válida e eficaz em relação àquele que participou do feito, mas nula em relação àquele que não foi citado.
- d) A solidariedade em determinada obrigação implica a unitariedade do litisconsórcio.

**16.** Acerca do litisconsórcio, considere:

- I. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, mas não na liquidação de sentença.
- II. Se a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes, haverá litisconsórcio unitário.
- III. No litisconsórcio unitário, os atos e as omissões de um litisconsorte não prejudicarão os demais, mas poderão beneficiá-los.
- IV. Quando o litígio versar sobre obrigação solidária, a intimação de um dos litisconsortes acerca dos atos do processo dispensa a intimação dos demais.
- V. O requerimento de limitação do número de litisconsortes facultativos interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.

É correto o que se afirma APENAS nos itens:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

**17.** Acerca do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa incorreta:

- a) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- b) Caso a instauração do incidente seja requerida na petição inicial, o sócio ou a pessoa jurídica serão citados e, posteriormente, o processo será suspenso.
- c) Aplicam-se as disposições do CPC previstas nos artigos 133 a 137 às hipóteses de desconconsideração indireta e expansiva da personalidade jurídica.
- d) É possível a instauração desse incidente no âmbito dos juizados especiais.

**18.** Sobre a disciplina da intervenção de terceiros no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

- a) A admissão de assistente simples, pelo juízo, impede a transação sobre direitos controvertidos pelas partes.
- b) A decisão que admite o amicus curiae no feito é irrecorrível.
- c) O Código de Processo Civil admite denúncias da lide sucessivas, hipótese que só encontra limites pelo número excessivo de partes.
- d) O chamamento ao processo é hipótese de intervenção de terceiros que pode ser promovida tanto pelo autor quanto pelo réu.

**19.** É correto afirmar de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) O ato processual que envolva a realização e participação em audiência deverá, obrigatoriamente, ser precedido de intimação própria.
- b) Os atos e os termos processuais serão considerados válidos somente quando preencherem a forma determinada e a sua finalidade essencial.
- c) Versando o processo sobre direitos que admitam auto composição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento, vedada a alteração sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais.

d) Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

**20.** Assinale a alternativa correta sobre os atos das partes.

- a) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais de vontade não produzem a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.
- b) A desistência da ação só produzirá efeitos após aceitação da parte contrária.
- c) É vedado lançar nos autos cotas marginais ou interlineares, as quais o juiz mandará riscar, impondo a quem as escrever multa correspondente a um salário-mínimo. Assinale a alternativa correta sobre os atos das partes.
- d) Os atos das partes consistentes em declarações bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

Henrique da Rosa

**21.** Sobre Direito do Consumidor, é CORRETO afirmar que:

- a) a instauração de inquérito civil, até o seu encerramento, obsta a fluência do prazo de reclamação acerca de vícios aparentes e de fácil constatação.
- b) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato ou vício do produto.
- c) Ao prever que também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores o CDC adotou a Teoria Maior da Desconconsideração da Personalidade Jurídica.
- d) Segundo CDC, toda a informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar, mas não integra o contrato que vier a ser celebrado.

**22.** Assinale a alternativa incorreta sobre o superendividamento no Código de Defesa do Consumidor

- a) Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas.
- b) A prevenção e o tratamento do superendividamento não se aplicam ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.
- c) É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não, indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor.
- d) É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não, assediar ou pressionar o consumidor para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, principalmente se se tratar de consumidor idoso, analfabeto, doente ou em estado de vulnerabilidade agravada ou se a contratação envolver prêmio.

**23.** Assinale a alternativa que esteja em desacordo com o entendimento do STJ sobre direito do Consumidor:

- a) Na ação consumerista, o Ministério Público faz jus à inversão do ônus da prova, independentemente daqueles que figurem como autores ou réus da demanda.
- b) A ausência de comunicação acerca da disponibilização/comercialização de informações pessoais do consumidor em bancos de dados configura dano moral presumido.
- c) O clube de turismo e a rede conveniada de hotéis são responsáveis solidariamente pelo padrão de atendimento e pela qualidade dos serviços prestados, em razão da indissociabilidade entre as obrigações de fazer assumidas pela empresa e pelo hotel credenciado.

d) Não se admite responsabilidade subjetiva do fornecedor de produtos e serviços quando se tratar de direitos difusos, em razão da indivisibilidade do objeto.

**24.** Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a lei 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

- a) O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) entidade judicante com jurisdição em todo o território nacional, que se constitui em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, com sede e foro no Distrito Federal.
- b) O Tribunal Administrativo de Defesa Econômica é órgão do CADE.
- c) A Superintendência-Geral é órgão do Cade.
- d) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica é órgão do Cade.

**25.** É cláusula abusiva prevista no Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas que:

- a) Possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.
- b) Estipulem prazos para a solução dos problemas decorrentes da relação de consumo.
- c) Autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, mesmo quando igual direito seja conferido ao consumidor.
- d) Determinem a utilização consensual da arbitragem.



**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Ricardo Torques

**26.** A respeito da adoção intrafamiliar realizada por parentes por afinidade, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça proferiu recente decisão paradigmática sobre o assunto no julgamento do recurso especial nº 1.911.099-SP. Sobre esse precedente e sobre o regime jurídico da adoção, analise as assertivas a seguir:

I – De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a prioridade dos postulantes a adoção que se cadastraram em primeiro lugar não é absoluta, podendo ser desconsiderada quando for possível adotar solução que atenda melhor aos interesses da criança. Com esse entendimento, o Tribunal firmou a seguinte tese: Atende ao melhor interesse da criança a adoção personalíssima intrafamiliar por parentes colaterais por afinidade, a despeito da circunstância de convivência da criança com família substituta, também, postulante à adoção;

II – Em regra, o postulante a adoção deve estar previamente inscrito no cadastro de adoção. Excepcionalmente, podem adotar postulantes não cadastrados nas seguintes situações: quando o pedido de adoção for unilateral, quando o postulante for parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade e quando o postulante for pessoa que detém a tutela ou guarda legal de criança maior de dois anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer crime na obtenção da tutela ou guarda;

III – O Estatuto da Criança e do Adolescente adota conceito plural e eudemonista de família, não cabendo a utilização do critério rígido previsto no Código Civil, que considera família os parentes até o 4º grau, em desprestígio do melhor interesse, que deve nortear o direito da criança e do adolescente. Assim, inclusive parentes colaterais por afinidade podem ser considerados parentes da criança. Dessa forma, considerando ainda que é direito da criança a sua criação e educação no seio familiar, será preferencial a adoção por parentes colaterais por afinidade em relação à adoção por família substituta, a despeito da prioridade cadastral

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

- a) I – II.
- b) II – III.
- c) I – III.
- d) III.

**27.** A respeito da competência das Varas da Infância e da Juventude para o julgamento de processos sobre interesses difusos e coletivos de crianças e adolescentes com impacto econômico para a Fazenda Pública e considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmada no julgamento do recurso especial 1.846.781-MS, analisa as assertivas a seguir:

I – O Estatuto da Criança e do Adolescente é considerado lei especial em comparação com leis que estabeleçam a competência das Varas da Fazenda Pública;

II – As ações a respeito de interesses difusos e coletivos de crianças e adolescentes são de competência absoluta da Vara da Infância e da Juventude, ressalvada apenas a competência das Varas da Fazenda Pública, da Justiça Federal e dos Tribunais superiores;

III – Se, numa comarca, houver Vara da Infância e da Juventude e Vara da Fazenda Pública, a competência para o julgamento de ação sobre interesse difuso e coletivo que tiver impacto econômico para a Fazenda será fixada por prevenção.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I - III.

**28.** Sobre a publicidade dos processos de investigação de atos infracionais, analise as seguintes assertivas:

I – É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional;

II – Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedado o uso de fotografias, referências, ao nome, apelido, filiação, parentesco, residência, mas é permitido o uso das iniciais;

III – A expedição de cópia ou certidão de processo de apuração de ato infracional só será deferida se demonstrado o interesse e justificada a finalidade;

IV – Os documentos obtidos a partir dos processos de apuração de ato infracional não podem ser utilizados para finalidade diversa daquela que motivou o acesso aos autos.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

- a) I – II – III – IV.
- b) II – III – IV.
- c) I – III – IV.
- d) II – IV.

**29.** Sobre o cumprimento das medidas socioeducativas privativas de liberdade, analise as assertivas a seguir:

I – O simples fato de não haver vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade em unidade próxima da residência do adolescente infrator não impõe a sua inclusão em programa de meio aberto, devendo-se considerar o que foi verificado durante o processo de apuração da prática do ato infracional, bem como os relatórios técnicos profissionais;

II – É vedado à autoridade judiciária aplicar nova medida de internação, por atos infracionais praticados anteriormente, a adolescente que já tenha concluído cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza, ou que tenha sido transferido para cumprimento de medida menos rigorosa, sendo tais atos absorvidos por aqueles aos quais se impôs a medida socioeducativa extrema;

III – É possível a aplicação das medidas socioeducativas antes do trânsito em julgado pois isso privilegia o escopo ressocializador da medida.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

- a) I – II – III.
- b) I – II.
- c) I – III.
- d) II – III.

**30.** Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros:

- a) 3 anos completos ou 36 meses de vida da criança.
- b) 4 anos completos ou 48 meses de vida da criança.
- c) 5 anos completos ou 60 meses de vida da criança.
- d) 6 anos completos ou 72 meses de vida da criança.
- e) 7 anos completos ou 84 meses de vida da criança

---

## DIREITO PENAL

---

Rodrigo Assumpção

**31.** Sobre a causa o estado de necessidade, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo a teoria diferenciadora, não é possível o estado de necessidade exculpante, mas apenas o justificante.
- b) É cabível o estado de necessidade em crime permanente.
- c) Não se admite legítima defesa contra quem age em estado de necessidade.
- d) Não é possível estado de necessidade recíproco.

**32.** Sobre a relação ou nexo de causalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Causa dependente é a fuge da linha normal de desdobramento da conduta.
- b) Causa independente é a que emana da conduta do agente, dela se origina, inserindo-se no curso normal do desenvolvimento causal.
- c) Segundo a teoria da causalidade adequada, causa é todo fato humano sem o qual o resultado não teria ocorrido, quando ocorreu e como ocorreu.
- d) Há rompimento da cadeia causal caso se constate a existência de uma causa superveniente relativamente independente que produza por si só o resultado.

**33.** Sobre a aplicação da pena, assinale a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- a) Na segunda fase de dosimetria da pena, a incidência de atenuante pode conduzir a pena abaixo do mínimo legal, levando em conta o princípio da individualização da pena.
- b) No crime de roubo, a existência de duas ou mais causas de aumento de pena impõem a exasperação da pena tão somente em razão do número de majorantes existentes.
- c) Não incide a atenuante prevista no art. 65, inciso III, “d”, do Código Penal, na chamada confissão qualificada, ainda que o magistrado utilize a confissão para fundamentar a sua conclusão pela condenação do réu.
- d) É possível, na segunda fase da dosimetria, a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea.

**34.** Considere as seguintes afirmações:

- I. A natureza jurídica da sentença concessiva de perdão judicial, no homicídio culposo, segundo orientação sumulada do Superior Tribunal de Justiça, é condenatória, não subsistindo efeitos secundários.
- II. Se a vítima for forçada a ingerir veneno, configurar-se-á o homicídio qualificado pelo emprego de outro meio cruel.

III. O privilégio do “relevante valor moral” é incompatível com o homicídio cometido com o emprego de veneno.

IV. A futilidade para qualificar o homicídio deve ser apreciada subjetivamente, ou seja, pela opinião do sujeito ativo.

Conclui-se que está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) II

**35.** JOÃO integra de forma estável e permanente a estrutura da facção criminosa instalada em determinada comunidade do Rio de Janeiro, exercendo as seguintes funções: é responsável por transportar drogas para o local de revenda e, em outras oportunidades, serve como “fogueteiro”, pois aciona fogos de artifício toda vez que percebe a ação de policiais ou de grupos rivais naquela localidade, a fim de alertar os demais integrantes de sua facção. Nesta hipótese, JOÃO responderá pelos seguintes delitos:

- a) art. 33, caput c/c art. 35 da Lei nº 11.343/06 (tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas)
- b) Art. 33, §4º da Lei nº 11.343/06 (“tráfico privilegiado”)
- c) Art. 33, §4º c/c art. 35 c/c art. 37 da Lei nº 11.343/06 (tráfico de drogas, associação para o tráfico e colaboração como informante)
- d) Art. 33, §4º c/c art. 35 da Lei nº 11.343/06 (“tráfico privilegiado” e associação para o tráfico de drogas)

**36.** Assinale a alternativa que expressa o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Aplica-se o princípio da insignificância a casos de transmissão clandestina de sinal de internet via radiofrequência, não se caracterizando o fato típico previsto no art. 183 da Lei n. 9.472/1997.
- b) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Federal.
- c) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
- d) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial torna impossível a configuração do crime de furto.

**37.** Álvaro, pretendendo subtrair os bens no interior de uma determinada residência, quebrou o cadeado e a fechadura da casa da vítima, no lado exterior do imóvel, mas, neste instante, uma viatura da polícia passava pelo local e os policiais, avistando sua atitude suspeita, o abordaram, prendendo-o em flagrante delito. Nesta situação:

- a) Álvaro praticou o crime de violação de domicílio (art. 150, CP).
- b) Álvaro praticou o crime de furto (art. 155, CP).
- v) Álvaro praticou o crime de furto, com a causa de diminuição da tentativa (art. 155 c/c art. 14, II, CP).
- d) Álvaro não praticou conduta típica.

**38.** Sobre os crimes contra a dignidade sexual, assinale a alternativa que está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- a) No crime de estupro em que a vulnerabilidade é decorrente de enfermidade ou deficiência mental (art. 217-A, § 1º, do CP), o magistrado está vinculado à existência de laudo pericial para aferir a existência de discernimento ou a possibilidade de oferecer resistência à prática sexual.
- b) O beijo lascivo integra o rol de atos libidinosos e configura o crime de estupro se obtido mediante emprego de força física do agressor contra vítima maior de 14 anos.

c) É necessário a existência de contato físico para a configuração do crime de estupro de vulnerável.

d) Há bis in idem na incidência da agravante genérica do art. 61, II, f (“ter o agente cometido o crime com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica”), concomitantemente com a causa de aumento de pena do art. 226, II (“a pena é aumentada de metade, de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela”), ambas do CP, no crime de estupro.

**39.** Sobre a Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/84), assinale a alternativa correta:

- a) A aprovação do sentenciado no ENEM não é hipótese determinante para a remissão da pena do sentenciado.
- b) A posse de “chip” de telefone celular ou de carregador de bateria não configura falta grave, por ausência de previsão legal.
- c) Constitui falta grave a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.
- d) A prática de falta grave interrompe o prazo para fim de indulto.

**40.** Assinale a alternativa correta, com fundamento na jurisprudência majoritária dos tribunais superiores:

- a) Não configura crime a importação de pequena quantidade de sementes de maconha.
- b) Conforme entendimento majoritário, a mudança na ação penal do crime de estelionato, promovida pela Lei 13.964/2019, (“Pacote Anticrime”), retroage para alcançar os processos penais que já estavam em curso.
- c) É inconstitucional a imposição da pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor ao motorista profissional condenado por homicídio culposo no trânsito.
- d) Para fins do art. 33, §4º, da Lei de Drogas (tráfico privilegiado), incumbe ao réu o ônus da prova de que ele é primário, possui bons antecedentes e não se dedica a atividades criminosas, nem integra organização criminosa.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Leonardo Tavares

**41.** A competência será determinada pela continência, segundo o Código de Processo Penal, quando:

- a) ocorrendo duas ou mais infrações, estas tiverem sido praticadas ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas ou por várias pessoas em concurso.
- b) a prova de uma infração, ou de qualquer de suas circunstâncias elementares, influir na prova de outra infração.
- c) houver concurso formal de crimes ou erro na execução.
- d) houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

**42.** Assinale a alternativa correta em relação às provas, de acordo com o Código de Processo Penal em sua redação vigente (determinada pelo Pacote Anticrime) e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.
- b) Depois de devidamente qualificado e cientificado do teor da acusação, o acusado será informado, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer em silêncio, o qual poderá ser interpretado em seu prejuízo.
- c) A não observância da ordem de tomada dos depoimentos na audiência una de instrução e julgamento importa em nulidade absoluta, sendo prescindível a demonstração de prejuízo.
- d) Quando a infração deixar vestígios, será necessário o exame de corpo de delito, direto ou indireto, o qual poderá ser dispensado se houver confissão cabal e completa do acusado em relação à materialidade da infração.

**43.** De acordo com o Código de Processo Penal e entendimento jurisprudencial acerca do tema,

- a) o exame de corpo de delito poderá ser realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior concluído obrigatoriamente na área específica.
- b) tratando-se de perícia complexa, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial, e a parte indicar mais de um assistente técnico.
- c) em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar apenas se houver requerimento do Ministério Público, do ofendido, do acusado ou de seu defensor.
- d) segundo o STF, a condução coercitiva de réu ou investigado para interrogatório foi recepcionada pela Constituição de 1988, desde que a ele se garanta o direito ao silêncio.

**44.** Considerando-se entendimento do STJ, é correto afirmar que:

- a) é competente a justiça estadual do local da apreensão para julgar crime de tráfico internacional de drogas, no caso de ter sido utilizada a via postal para remessa do exterior.
- b) é competente a justiça comum estadual para processar e julgar crime em que indígena figure como autor da infração, mas não quando figurar como vítima.
- c) é competente a justiça comum estadual para processar e julgar crime de contrabando, quando não houver indício de transnacionalidade na conduta delitiva.
- d) é competente o juízo federal para o processamento e o julgamento dos crimes conexos (de competência federal e estadual), independentemente da pena prevista para cada um dos delitos.

**45.** Assinale a opção correta acerca da competência, tendo em vista o disposto no Código de Processo Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- a) O fato de o delito ser praticado pela internet atrai, automaticamente, a competência da Justiça Federal, sendo desnecessária a verificação da internacionalidade da conduta e de seus resultados.
- b) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu. Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.
- c) Verificada a reunião dos processos por conexão ou continência, se no processo da sua competência própria venha o juiz ou tribunal a proferir sentença absolutória ou que desclassifique a infração para outra que não se inclua na sua competência, deverá remeter o processo ao juízo competente em relação aos demais processos.
- d) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pela prevenção.

**46.** Sobre as provas no processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificar a natureza e a eficiência.
- b) Durante o curso do inquérito policial, as partes podem apresentar quesitos e requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova.
- c) Havendo mais de um acusado, o juiz poderá interrogá-los separadamente ou em conjunto, de acordo com a dinâmica da audiência, devendo registrar em ata e fundamentar a opção tomada.
- d) Em interrogatório realizado na modalidade videoconferência não se prevê a possibilidade de o acusado acompanhar a realização dos demais atos da audiência una.

**47.** José, deputado federal diplomado, praticou delito de lesão corporal de natureza grave após encontrar seu desafeto, ex-namorado de sua esposa, nos arredores da Câmara, de onde acabara de sair de uma votação em plenário, sendo então preso e processado com base no artigo 129, § 1º do Código Penal. A competência para o seu julgamento será

- a) do Supremo Tribunal Federal.
- b) do Superior Tribunal de Justiça.
- c) do juízo federal de primeira instância, da circunscrição do fato.
- d) do juízo estadual de primeira instância, do local em que o crime se consumou.

**48.** De acordo com Norberto Avena (2020), a cadeia de custódia é o "caminho percorrido pela prova desde o conhecimento da prática de uma infração pelas autoridades encarregadas da persecução criminal até o momento em que, constatada a ocorrência de vestígios e realizados os exames necessários, for produzido o laudo pericial e descartado o material que serviu de base para a perícia". Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) O início da cadeia de custódia dá-se com o recolhimento do vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza.
- b) O transporte dos vestígios de um local para o outro deve se dar utilizando as condições adequadas de modo a garantir a manutenção de suas características originais, não sendo necessário o controle de sua posse.
- c) Somente as autoridades policiais e os peritos são responsáveis pela preservação dos elementos reconhecidos como de potencial interesse para a produção da prova pericial.
- d) A coleta dos vestígios deverá ser ocorrer, preferencialmente, por perito oficial, dando-se o encaminhamento necessário à central de custódia.

49. Assinale a opção correta sobre a competência no processo penal, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) A previsão de crime em tratado ou convenção internacional atrai, automaticamente, a competência da Justiça Federal, tendo em vista a possibilidade de virem a ser aplicadas sanções à União em decorrência da sua inobservância.
- b) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão que expediu o documento.
- c) O foro especial por prerrogativa de função se estende a magistrados aposentados.
- d) Não há conflito de competência entre Tribunal de Justiça e Turma Recursal de Juizado Especial Criminal de um mesmo Estado, já que a Turma Recursal não possui qualidade de 'tribunal' e a este é subordinada.

50. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

I – É ilegal entrevista realizada por autoridade policial no interior da residência do investigado, durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão e sem advertência do seu direito de permanecer em silêncio.

II – Não se mostra imprescindível a participação da defesa técnica do réu em interrogatório de corréu em colaboração premiada.

III – É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

IV – É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa.

Estão corretas as assertivas

- a) I e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II, III e IV.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. João e sua família são proprietários de três pequenos imóveis rurais, contíguos, cuja extensão somada não ultrapassa quatro módulos fiscais. O grupo familiar reside em uma das propriedades e utiliza a área completa dos imóveis para o cultivo de hortaliças, atividade que assegura a subsistência de toda a família. João comprou insumos agrícolas da Distribuidora de Produtos Agrícolas XX e hipotecou, livre e conscientemente, uma de suas propriedades. Em decorrência de desequilíbrio econômico, João não conseguiu saldar a sua dívida. A respeito da situação descrita, aponte a alternativa correta, de acordo com o texto da Constituição Federal e segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria.

- a) O imóvel de João é considerado pequena propriedade imóvel rural e não pode ser objeto de penhora para pagamento de débito decorrente de sua atividade produtiva.
- b) O bem hipotecado é penhorável, uma vez que não constitui o único imóvel de João, o que afasta a proteção constitucional da pequena propriedade rural.
- c) O bem hipotecado é penhorável, porque foi dado livremente por João em garantia da dívida, o que afasta a proteção constitucional da pequena propriedade rural.
- d) Apenas o bem em João e sua família residem é impenhorável.

**52.** João é vereador de Uberaba-MG. Durante evento de seu partido em Uberlândia-MG, para o qual foi convidado para retratar as dificuldades encontradas no exercício do mandato, no momento em que discursava, proferiu várias palavras injuriosas que feriram a honra de Sebastião, prefeito de sua cidade. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.

- a) João é vereador e está acobertado por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) João poderá ser responsabilizado civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.
- c) João poderá ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material do vereador não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.
- d) Na situação narrada, João, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereador, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertado por imunidade material e formal.

**53.** Acerca do Poder Judiciário, aponte a alternativa correta.

- a) A regra do quinto constitucional é aplicada na composição dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Superior Tribunal de Justiça.
- b) No âmbito estadual, o Presidente do Tribunal de Justiça, com a aprovação do Tribunal, encaminha a proposta orçamentária, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias, ao Poder Executivo. Caso a proposta não seja enviada no prazo legal, o Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente.
- c) Os Estados que quiserem, mediante proposta do Tribunal de Justiça, por meio de lei, poderão criar a Justiça Militar estadual, constituída em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, por Tribunal de Justiça Militar.

d) Ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, compete aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público estadual e do Distrito Federal e Territórios, nos crimes comuns e de responsabilidade.

**54.** A respeito do Poder Executivo, aponte a assertiva que contém competência do Presidente da República delegável ao Advogado-Geral da União.

- a) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- b) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) decretar e executar a intervenção federal.
- d) nomear membros do Conselho da República.

**55.** Após uma longa tempestade, a população de três municípios do estado Alfa foi afetada por inundações que provocaram queda de energia, falta de água potável e escassez de alimento. Muitas pessoas foram colocadas em abrigos públicos e tiveram que deixar as suas casas. Essa situação afetou a ordem pública e a paz social na região em que estão situados os municípios, porque a população, amedrontada, começou a saquear lojas, mercados e residências. Diante da situação, para restabelecer a ordem pública e a paz social, poderá o Presidente da República

- a) decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, por maioria relativa de seus membros, pelo prazo improrrogável de 30 dias.
- b) decretar a intervenção federal nos três municípios, afastando de cada lugar o Prefeito e nomeando interventor.
- c) decretar o estado de defesa, depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, e submeter o ato ao Congresso Nacional, no prazo de 24 horas, para que por decisão da maioria absoluta de seus membros, no prazo de 10 dias, aprove ou não o ato.
- d) decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, por maioria absoluta, em votação secreta.



**56.** Lei de determinado estado da federação dispôs sobre a aceitação, no estado, de diplomas expedidos por Universidades estrangeiras. A respeito do tema, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o texto da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional.
- b) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente.
- c) O estado Alfa só poderia exercer a competência suplementar sobre a matéria.
- d) A lei estadual é constitucional, mas a superveniência de lei federal sobre a matéria suspenderá a eficácia da lei estadual no ponto contrário.

**57.** A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

**58.** A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.
- b) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, a partir da acusação da Câmara dos Deputados.
- c) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.
- d) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

**59.** A respeito da organização político-administrativa do Estado, aponte a alternativa correta.

- a) A Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantenham com cultos religiosos ou igrejas qualquer tipo de aliança, uma vez que o Estado é laico.
- b) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, por invadir matéria da competência da União.
- c) As competências da União e dos estados estão expressas na Constituição Federal, mas as competências municipais são, em regra, residuais.
- d) Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de gás canalizado.

**60.** Ramon, Venezuelano, estabeleceu residência legal no Brasil. Após 15 anos ininterruptos de residência

e não tendo condenação criminal, fez o requerimento da nacionalidade brasileira, tendo sido prontamente atendido. Dois anos após a obtenção da nacionalidade, associou-se a traficantes e de modo intenso, começou a levar e buscar cocaína da Colômbia para o Brasil. A respeito da situação hipotética narrada, aponte a única alternativa correta.

- a) A obtenção da nacionalidade brasileira por Ramon deu-se de modo regular, tendo sido atendidos, à data do requerimento, todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, cabendo ao Estado apenas reconhecer-lhe o direito.
- b) Pelo crime narrado, Ramon não poderia ser extraditado do Brasil para a Colômbia, uma vez que o crime foi praticado quando já havia adquirido a nacionalidade brasileira na condição primária.
- c) O ato praticado por Ramon poderia ser considerado, em tese, nocivo ao interesse nacional, motivo pelo qual poderia, após o devido processo judicial, sofrer a perda da naturalização, por decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Ramon, após eventual condenação transitada em julgado pelo crime de tráfico de entorpecente, sofreria a suspensão de direitos políticos, exceto se a pena privativa de liberdade fosse convertida em restritiva de direitos.

## DIREITO ELEITORAL

Rafael Barretto

- 61.** Sobre a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, é correto afirmar que:
- a) são integrados por 7 membros, sendo 2 desembargadores do Tribunal de Justiça, 2 juízes de direito, 2 advogados e 1 juiz federal indicado pelo Tribunal Federal de recursos.
  - b) o membro do Ministério Público que integra o Tribunal Regional Eleitoral na qualidade de magistrado eleitoral fica impedido de exercer as funções ministeriais durante o período de judicatura e até dois anos após o término do mandato.
  - c) são integrados por 7 membros, sendo 2 desembargadores do Tribunal de Justiça, 2 juízes de direito, 1 juiz federal e 2 advogados indicados pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

d) advogados que guardam relação de parentesco com membros do Tribunal de Justiça não podem ser indicados para o cargo de juiz eleitoral, por caracterizar prática de nepotismo, vedada pela constituição.

**62.** Acerca das inelegibilidades, é correto afirmar que:

- a) A perda do mandato parlamentar, sob qualquer fundamento, ocasiona a inelegibilidade.
- b) O parlamentar que tiver o mandato cassado por quebra de decoro ficará inelegível para as eleições que se realizarem nos 8 anos após o ato da cassação
- c) O parlamentar que tiver o mandato cassado por quebra de decoro ficará inelegível desde o ato da cassação até 8 anos após o término da legislatura na qual ele foi cassado.
- d) Se o Presidente da República perder seu cargo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, ficará inelegível para as eleições que se realizarem nos 8 anos seguintes.

**63.** Pato Donald, candidato a Vereador no pleito eleitoral de 2020, praticou abuso de poder econômico durante a pré-campanha eleitoral. Acerca do fato narrado, e considerando o regime das inelegibilidades, é correto afirmar que:

- a) A Justiça Eleitoral não tem competência para apurar o fato, pois ocorreu no período pré-eleitoral.
- b) O abuso de poder econômico, ainda que ocorrido na pré-campanha, poderá ser apurado mediante uma ação de investigação judiciária eleitoral (AIJE), e se Pato Donald for condenado pelo juiz eleitoral ficará inelegível pelo prazo de 8 anos a contar das eleições, ainda que recorra ao Tribunal Regional Eleitoral.
- c) O abuso de poder econômico, ainda que ocorrido na pré-campanha, poderá ser apurado mediante uma ação de investigação judiciária eleitoral (AIJE), e se Pato Donald for condenado pelo juiz eleitoral somente ficará inelegível se essa decisão for confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- d) O abuso de poder econômico, ainda que ocorrido na pré-campanha, poderá ser apurado mediante uma ação de investigação judiciária eleitoral (AIJE), e se Pato Donald for condenado pelo juiz eleitoral ficará inelegível se essa decisão for confirmada pelo Tribunal Regional Eleitoral ou pelo Tribunal Superior Eleitoral.

**64.** Sobre as convenções partidárias, é incorreto afirmar que:

- a) Em virtude da autonomia partidária, a convenção partidária de nível inferior pode deliberar sobre formação de coligações contrariando diretriz legitimamente estabelecida pelo órgão de direção nacional do partido
- b) Para a realização das convenções, os partidos políticos poderão usar gratuitamente prédios públicos, responsabilizando-se por danos causados com a realização do evento
- c) Deve ser lavrada a respectiva ata da Convenção em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação
- d) A ata da convenção e a lista dos presentes serão digitadas no Módulo Externo do Sistema de Candidaturas (CANDex), para: - serem publicadas no sítio do Tribunal Superior Eleitoral, na página de Divulgação de Candidaturas e de Prestação de Contas Eleitorais

**65.** Acerca do registro de candidatura, é correto afirmar que:

- a) É o ato que formaliza o pedido de registro do candidato, podendo ser feito pela agremiação partidária ou, em qualquer hipótese, diretamente pelo próprio candidato.
- b) É o ato que formaliza o pedido de registro do candidato, devendo ser feito pela agremiação partidária, não sendo possível, em nenhuma hipótese, ser feito diretamente pelo próprio candidato.
- c) É o ato que formaliza o pedido de registro do candidato, devendo ser feito nos juízos eleitorais para os cargos de prefeito e vice-prefeito, mediante pedido apresentado pelos partidos e coligações no CANDex, disponível nos sítios eletrônicos dos tribunais eleitorais
- d) É o ato que formaliza o pedido de registro do candidato, devendo ser feito nos juízos eleitorais para os cargos de prefeito e vice-prefeito, mediante pedido apresentado pelos partidos e coligações diretamente no cartório do juízo eleitoral

**66.** Sobre o financiamento de campanhas eleitorais, é incorreto afirmar que:

- a) Os recursos destinados às campanhas eleitorais, respeitados os limites previstos, somente são admitido quando provenientes de recursos próprios dos candidatos, doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas, doações de outros partidos políticos e de outros candidatos, comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação realizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político e recursos próprios dos partidos políticos, inclusive os relativos ao fundo partidário e ao fundo eleitoral, e rendimentos gerados pela aplicação de suas disponibilidades.
  - b) Os rendimentos financeiros e os recursos obtidos com a alienação de bens têm a mesma natureza dos recursos investidos ou utilizados para sua aquisição e devem ser creditados na conta bancária na qual os recursos financeiros foram aplicados ou utilizados para aquisição do bem.
  - c) Não é admitida a utilização de recursos próprios que tenham sido obtidos mediante empréstimo bancário.
  - d) Pessoas jurídicas não são admitidas a financiar as campanhas eleitorais
- 67.** Sobre o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Fundo Eleitoral), é incorreto afirmar que:
- a) O Fundo Eleitoral é constituído por dotações orçamentárias da União, sendo destinado aos partidos políticos conforme critérios definidos em lei.
  - b) Inexistindo candidatura própria ou em coligação na circunscrição, o partido pode repassar os recursos do Fundo Eleitoral para outros partidos políticos ou candidaturas desses mesmos partidos.
  - c) Os partidos políticos devem destinar no mínimo 30% (trinta por cento) do montante do Fundo Eleitoral para aplicação nas campanhas de suas candidatas e, havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos do Fundo Eleitoral deve ser aplicado no financiamento das campanhas de candidatas na mesma proporção.
  - d) O partido político tem autonomia para definir os critérios internos de distribuição dos recursos do fundo eleitoral, mas deve divulgar publicamente os critérios definidos, os quais devem ser aprovados pela maioria absoluta dos membros do órgão de direção executiva nacional do partido.

**68.** Sobre a propaganda eleitoral antecipada, é correto afirmar:

- a) Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura e a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos.
- b) É vedada a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos.
- c) É permitida a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social.
- d) Configura propaganda eleitoral antecipada a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais, ainda que não haja pedido explícito de voto

**69.** Acerca da propaganda no dia da eleição, é incorreto afirmar que:

- a) É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos
- b) Constitui crime, no dia do pleito, até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como os instrumentos de propaganda referidos no caput, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.
- c) Constituem crimes, no dia da eleição, o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata, a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna, a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos e publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos nas aplicações de internet de que trata o art. 57-B da Lei 9.504/1997, podendo ser mantidos em funcionamento as aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.

d) Aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, só é permitido que, em seus crachás, constem o nome e a sigla do partido político ou coligação a que sirvam, vedada a padronização do vestuário.

**70.** Sobre a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) No ano em que se realizar eleição, fica proibida integralmente a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública.
- b) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto apenas nos casos de calamidade pública ou de estado de emergência.
- c) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.
- d) Nos anos eleitorais, os programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.

**DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

**71.** Responda a questão a seguir de acordo com o Capítulo II (Do Nome Empresarial) do Código Civil Brasileiro, assinalando a assertiva INCORRETA:

- a) A sociedade cooperativa funciona sob firma integrada pelo vocábulo "cooperativa".
- b) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.
- d) Cabe ao prejudicado, no prazo de dois anos, ação para anular a inscrição do nome empresarial feita com violação da lei ou do contrato.

**72.** Em relação ao trespasse e os credores do alienante, as obrigações contratuais e a responsabilidade das partes envolvidas no negócio, é correto afirmar que:

- a) O alienante não poderá restabelecer-se no mesmo ramo, em hipótese alguma, pelo prazo máximo de 5 anos subsequentes à transferência, sob pena de responder por concorrência desleal.
- b) O contrato de locação do imóvel é transferido automaticamente para o adquirente do estabelecimento, permitindo a continuidade na exploração do estabelecimento.
- c) O alienante responderá solidariamente com o adquirente pelo prazo de 1 ano, pelas dívidas vencidas e vincendas, variando o termo inicial de contagem do prazo de acordo com a data de vencimento.
- d) As marcas de titularidade do alienante não poderiam ser cedidas isoladamente, razão pela qual se mostrava imprescindível sua transferência simultânea à do estabelecimento.

**73.** O endosso é o ato típico de transmissão dos títulos de crédito, dentre eles a Letra de Câmbio. A respeito do endosso, prevê o Anexo I do Decreto 57.663/66:

- a) É admitido o endosso parcial.
- b) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.
- c) A partir do endosso, o endossante sempre responderá pelo aceite e pelo pagamento do título, inevitavelmente.
- d) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.

**74.** Com base nas normas aplicáveis às sociedades contratuais, é CORRETO afirmar que:

- a) A incapacidade superveniente não é causa de exclusão de sócio, impondo-se a propositura de ação judicial caso a maioria dos demais sócios assim delibere.
- b) Não haverá mudança de nacionalidade de sociedade brasileira sem o consentimento unânime dos sócios.
- c) Admite-se aos cônjuges contratar sociedade, desde que casados pelo regime de separação absoluta de bens, comunhão parcial e participação final nos aquestos.
- d) O menor, absoluta ou relativamente incapaz, não pode ser sócio, desde que não tenha poder de administração.

**75.** Quem poderá consultar os assentamentos existentes nas juntas comerciais e obter certidões?

- a) A consulta é ato privativo do Ministério Público.
- b) Qualquer pessoa, sem necessidade de provar interesse, mediante pagamento do preço devido.
- c) Apenas os sócios das Empresas Mercantis registradas.
- d) Qualquer pessoa, desde que comprove formalmente a necessidade e ou interesse, mediante pagamento do preço devido.

**76.** A duplicata escritural:

- a) não carece de protesto para o ajuizamento de ação executiva;
- b) pode ser cobrada, exclusivamente, por ação monitória.
- c) não permite aceite ordinário.
- d) se vale do aceite presumido e protesto para a cobrança judicial para a execução.

**77.** Em relação aos contratos empresariais seguintes,

- a) no contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor fiduciário tem o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa alienada, ficando o devedor fiduciante como depositário e possuidor direto do bem, que nada impede já pertencesse ao devedor por ocasião da celebração do contrato.
- b) verificada a mora no contrato de alienação fiduciária em garantia de bens móveis, haverá a pronta exigibilidade das prestações vincendas, cabendo ao credor fiduciário requerer em juízo a reintegração da posse do bem objeto do contrato.
- c) a exploração da atividade de faturização de créditos é exclusiva das instituições financeiras, pois necessita de autorização do Banco Central.
- d) os contratos de leasing são restritos a bens móveis, por se tratar de um híbrido de locação e compra e venda pelo valor residual.

**78.** Em relação à sociedade limitada,

- a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.
- b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.
- c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.
- d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

**79.** Sobre a falência, é possível dizer que:

- a) A decretação da falência implica a suspensão de todas as ações propostas contra o devedor, inclusive as que demandarem quantia ilíquida.
- b) Contra o ato judicial que decreta a falência cabe apelação, que possui efeitos devolutivo e suspensivo.
- c) A falência do locador não resolve o contrato de locação; falindo o locatário, o administrador judicial poderá denunciar o contrato a qualquer tempo.
- d) A inabilitação imposta ao empresário falido tem caráter perpétuo.

**80.** Assinale a alternativa que não prospera:

- a) No decorrer do contrato, o devedor fiduciante pode usar do bem conforme sua destinação, porém deixa de ser titular do domínio.
- b) A propriedade fiduciária tem por objeto coisa fungível.
- c) O credor fiduciário adquire o direito de propriedade resolúvel e a posse indireta do bem.
- d) Reconhecida a nulidade do contrato de mútuo destinado à aquisição de bem, extingue-se a alienação fiduciária.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

**81.** Sobre a responsabilidade solidária no direito tributário assinale a alternativa correta:

- a) Na solidariedade, a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, mesmo que se outorgada pessoalmente a um deles.
- b) Na solidariedade, a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.
- c) No Direito Tributário brasileiro, só existe a solidariedade ativa, jamais a solidariedade de devedores.
- d) No Direito Tributário brasileiro, não se pode falar em nenhum tipo de solidariedade.

**82.** O Município de Passa Quatro, visando o melhoramento do serviço de segurança pública, instituiu, através de decreto do chefe do Poder Executivo, a denominada Taxa de Reaparelhamento da Guarda Municipal”, com o objetivo de investir em equipamentos e valorizar o efetivo da guarda municipal. Fixou-se que todos os cidadãos residentes no referido município deverão pagar a referida taxa. Diante da situação hipotética, assinale a única alternativa incorreta:

- a) A instituição da referida taxa é inconstitucional porque os municípios não têm competência tributária para instituição de taxas.
- b) É inconstitucional a instituição da referida taxa porque o investimento em Segurança Pública deve ser custeado por impostos, e não por taxas.
- c) A instituição da referida taxa é inconstitucional porque o serviço de segurança pública é atividade indivisível, não podendo ser remunerado mediante taxa.
- d) É inconstitucional a instituição da referida taxa, uma vez que as taxas se submetem ao princípio da legalidade tributária estrita, devendo ser instituídas por lei.

**83.** Assinale a alternativa correta acerca do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana- IPTU, é correto afirmar:

- a) Incide IPTU sobre imóvel localizado na área urbana do Município, ainda que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do DL 57/1966).
- b) Não viola a Constituição a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial urbano em função do número de imóveis do contribuinte.
- c) É reconhecida a legitimidade ativa do locatário para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado bem como para repetir indébito desses tributos.
- d) A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

**84.** A Companhia de Saneamento de Paracatú, sociedade de economia mista, prestadora de serviço público de tratamento de água ao município de mesmo nome, solicitou ao vizinho Município de Pará de Minas o reconhecimento de imunidade de IPTU sobre os imóveis que possui naquele município destinados à captação de água. O pedido foi indeferido ao argumento de que a referida sociedade tem ações negociadas em bolsa de valores e distribuiu dividendos (lucros) aos seus sócios privados. Diante desse quadro, a decisão do Município de Pará de Minas:

- a) é ilegal já que não se proíbe a distribuição de lucros para fins de gozo da imunidade recíproca;
- b) É ilegal, pois a Constituição expressamente reconhece a imunidade a todas as sociedades de economia mista;
- c) É legal já que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não reconhece a imunidade às sociedades de economia mista.
- d) É legal já que já que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não reconhece a imunidade às sociedades de economia mista que distribuem lucros aos seus sócios privados.

**85.** A Sociedade AXV Ltda, apresentou a declaração anual de seu imposto de renda pessoa jurídica, tributo sujeito à lançamento por homologação, contudo, apesar da entrega da declaração deixou de recolher o tributo devido. Posteriormente postulou a emissão de certidão negativa em relação ao referido tributo, nesse caso deve a administração tributária:

- a) Deferir a expedição da certidão, já que a declaração foi apresentada.
- b) Deferir a certidão já que a apesar de entregue a declaração deve a administração realizar o lançamento do tributo para que possa negar a certidão.
- c) Indeferir a certidão já que com a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência, sendo legítima a negativa de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.
- d) Indeferir a certidão já que ausente depósito para a interposição do recurso administrativo.

**DIREITO AMBIENTAL**

Thiago Leite

**86.** Acerca da desapropriação sancionatória urbana, prevista no Estatuto da Cidade, assinale a alternativa correta:

- a) Decorridos dez anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- b) Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Congresso Nacional.
- c) Os títulos da dívida pública utilizados na desapropriação sancionatória urbana não terão poder liberatório para pagamento de tributos.
- d) Após a desapropriação sancionatória urbana o Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir do ano seguinte à sua incorporação ao patrimônio público.

**87.** As responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quando a produção, comercialização, utilização, transporte e destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, não cumprirem o disposto na legislação pertinente, cabem:

- a) Ao comerciante que, por dolo ou por culpa, omitir informações ou fornecer informações incorretas.
- b) Ao usuário ou ao prestador de serviços, quando proceder em desacordo com o receituário ou as recomendações do fabricante e órgãos registrantes e sanitário-ambientais.
- c) Ao produtor, quando comprovada receita errada, displicente ou indevida.
- d) Ao profissional, quando não fornecer e não fizer manutenção dos equipamentos adequados à proteção da saúde dos trabalhadores ou dos equipamentos na produção, distribuição e aplicação dos produtos.

**88.** Acerca da área de preservação permanente – APP, assinale a alternativa correta:

- a) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, mas tal obrigação não se estende ao possuidor ou ocupante da terra.
- b) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou interesse social.
- c) Não é dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.
- d) É permitido o acesso de pessoas e animais às áreas de preservação permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.

**89.** Acerca da tutela constitucional do meio ambiente, assinale a alternativa correta:

- a) O meio ambiente, por não estar expressamente previsto no artigo 5º, da CF, não é considerado direito fundamental.
- b) É dever do Poder Público definir, em algumas unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- c) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- d) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo Poder Legislativo.



90. Pertencem ao grupo de proteção integral as seguintes unidades de conservação:

- a) Estação ecológica e refúgio da vida silvestre.
- b) Reserva biológica e floresta nacional
- c) Monumento natural e Reserva da fauna.
- d) Reserva extrativista e reserva particular do patrimônio natural.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

91. Sobre Improbidade Administrativa, é correto afirmar:

- a) A decisão de recebimento da petição inicial da ação de improbidade pode limitar-se ao fundamento de *in dubio pro societate*.
- b) O magistrado não tem competência para aplicar a sanção de cassação de aposentadoria a servidor condenado judicialmente por improbidade administrativa.
- c) A indisponibilidade de bens prevista na Lei de Improbidade Administrativa não pode recair sobre bens de família.
- d) A pena de suspensão dos direitos políticos por ato de improbidade administrativa alcança qualquer mandato eletivo que esteja sendo ocupado à época do trânsito em julgado da condenação.

92. Acerca dos Concursos Públicos, é correto afirmar:

- a) É constitucional a remarcação de curso de formação para o cargo de agente penitenciário feminino de candidata que esteja lactante à época de sua realização, desde que haja previsão expressa em edital do concurso público.
- b) Segundo o STJ, no edital de concurso público não é necessária a previsão exaustiva de subtemas pertencentes ao tema principal de que poderão ser referidos nas questões do certame.
- c) O encerramento do concurso público acarreta a perda do objeto da ação mandamental na qual se discute suposta ilegalidade praticada em etapa do certame.

d) Nos casos de preterição de candidato na nomeação em concurso público, o termo inicial do prazo prescricional trienal recai na data em que foi nomeado outro servidor no lugar do aprovado no certame.

93. Em relação aos Bens Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Os bens das empresas públicas prestadoras de serviços públicos se sujeitam à penhora ainda que estejam diretamente ligados à prestação de serviços.
- b) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, ainda que desafetados, na forma que a lei determinar.
- c) Os bens públicos dominicais estão sujeitos a usucapião.
- d) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

94. Sobre Licitações, nos termos da Lei 14.133/2021 é correto afirmar:

- a) A nova lei de licitações aplica-se a alienação e concessão de direito real de uso de bens.
- b) O credenciamento, hipótese de dispensa de licitação, é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
- c) O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior retorno econômico.
- d) Em regra, a fase de habilitação precederá à fase de apresentação de propostas, bem como à fase de julgamento.

**95.** Em relação aos Serviços Públicos, é correto afirmar:

- a) Em um contrato de concessão pública, o poder concedente poderá autorizar que os financiadores e garantidores da concessionária assumam temporariamente o controle da administração, o que lhes acarretará responsabilidade em relação à tributação, encargos, ônus, sanções, obrigações ou compromissos com terceiros.
- b) A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em 90 dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão.
- c) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção por razões de ordem técnica, em situação de emergência.
- d) É vedado à concessionária de serviço público contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

**96.** Sobre as Parcerias Público-Privadas, nos termos da Lei 11.079/2004 é correto afirmar:

- a) O menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública poderá ser adotado como critério de julgamento na licitação para a contratação de parcerias público-privadas.
- b) A licitação para contratação de parceiro público-privado não poderá prever o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas.
- c) A contratação de parceria público-privada pressupõe licitação na modalidade concorrência.
- d) As concessões patrocinadas em que mais de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.

**97.** Em relação à Organização Administrativa, é correto afirmar:

- a) É necessária, em regra, lei específica para inclusão de sociedade de economia mista ou de empresa pública em programa de desestatização.
- b) A deslegalização consiste na retirada, pelo próprio legislador, de certas matérias, do domínio da lei passando-as ao domínio do regulamento.
- c) Os conselhos profissionais não têm o dever de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.
- d) As fundações públicas de direito privado fazem jus à isenção das custas processuais.

**98.** Em relação aos Agentes Públicos, é incorreto afirmar:

- a) Não é possível a cumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- c) O servidor público segurado do regime próprio de previdência social, no exercício de mandato eletivo, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.
- d) Os Estados podem fixar, como limite único para remuneração e subsídio dos seus servidores, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando o referido teto aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.

**99.** Assinale a alternativa correta sobre a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- a) É constitucional a utilização de Decreto Legislativo estadual para a fixação de subsídio de deputados estaduais.
- b) Viola a Constituição Federal a vinculação do subsídio dos deputados estaduais ao quantum estipulado pela União aos deputados federais.
- c) Só por lei ou ato administrativo pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- d) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

**100.** Sobre o Controle da Administração Pública assinale a alternativa correta:

- a) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- b) O controle de legalidade ou juridicidade de um determinado ato administrativo considerado inválido, poderá resultar em sua revogação.
- c) O controle finalístico exercido pela Administração direta sobre as entidades da administração indireta decorre do escalonamento vertical da estrutura da Administração.
- d) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

## Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Juiz-TJMG-24-10-2021>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---